

ARTIGO

# A CASA QUE RI

POR ROBERTO SARMENTO LIMA\*

O livro tem as qualidades de que tanto se fala hoje: juntam-se palavras e desenhos, que são plantas baixas de uma casa, em uma verdadeira mistura de linguagens, a verbal e a não verbal, assim como se mesclam, já no que diz respeito à utilização de gêneros textuais, a crônica de costumes, a historiografia, com acerto na economia e na antropologia, e os relatos e estratégias narrativas que se pretendem literários, em evidente zona fronteira. Informa o livro, em sua ficha catalográfica, que ele saiu em 1987 e que foi pela EdiculTE/Seculte, em Maceió. Fazendo uma anamnese, não me lembro se, na época, aqui na capital, houve algum estardalhaço, de acordo com a chamada boa divulgação livreira, em torno de sua aparição, se houve notinhas nos jornais, se é que houve mesmo lançamento (mas também esse barulho todo não quer dizer nada, não garante valor literário ou peso a livro algum e, diversas vezes, até disfarça a pobreza intelectual de muita publicação por aí).

Pois bem. Esse livro de que falo tem, de fio a pavio, 148 páginas e apresenta cenas da vida doméstica alagoana em épocas distintas. Traz ilustrações na capa e na página que antecede o texto propriamente dito; e elas exalam forte cheiro de camaradagem familiar, pois filha e sobrinho do escritor assinam os desenhos, ela as plantas baixas e fachadas, ele retrata os personagens. Destes, ao menos um, na página 7, chama atenção por ser o esboço de uma família em pose tradicional, as mulheres sentadas, os homens em pé, um pouco mais atrás; e bem poderia, se não fosse isso a representação das personagens da narrativa, ser a própria família do autor, pai e tio, que, na página seguinte à do desenho, agradece aos colaboradores as devidas contribuições, num comentário seco e rápido, quase acanhado, sem (ainda bem) os habituais salamaques que vicejam nessas notas de agradecimento. Apesar de o desenho ser relativo à história que se vai contar, não dei-

desse livro são tamanhas e enobrecem o autor, que não se deixou levar pela falsa sedução. Não se ouve falar dele por aí e é realmente discreto e respeitoso no seu obscurismo, voluntário ou não; e admiro muito quem tem essa personalidade e jeito. O livro até agora, por isso ou por aquilo, não foi estudado criticamente, até onde eu sei, é claro. Por isso vim aqui, falar dele, porque, como crítico, creio que merece ser lembrado.

Acabemos o suspense: o livro é A Casa da Rua do Sol, de Julio Normande. Assim que comecei a ler, ainda no finalzinho dos anos 80, o texto ágil e leve do autor me pareceu digno de análise. Nada nele parece exorbitante: o estilo é seco, mas não árido, sucinto, mas não telegráfico, o tom é bem-humorado, mas não é farsesco nem vira comédia desbragada, nem estimula o saudosismo barato, que é sempre ridículo, a respeito de uma Maceió que, não é de hoje, sempre revelou uma vocação incorrigível para gostar de dar um passo além da perna, agarrando-se a modismos e coquetarias capazes de fazer rir o observador mais cuidadoso que tenha tempo a perder olhando essa região do Brasil. Outro vício nosso é orgulharmos de vir na frente de tudo e de todos, tomando a dianteira das coisas no país inteiro: Alagoas tem as praias mais lindas do mundo (e não são isso tudo), produziu o primeiro presidente da República (e ninguém se lembra ou não sabe — ou isto não importa — das circunstâncias pouco lisonjeiras que nos deram essa primazia). Aparências que, como sempre, querem tomar o ar de coisas profundas.

Pois não é que A Casa da Rua do Sol faz rir, justamente por seu jeito de imitar, com o discurso, o egocentrismo alagoano, servindo-se de indelével sentido crítico? Antes de tudo, porém, o escritor trata logo de avisar que o nosso supremo cultivo das aparências em nada mudou de século para século, e contra qualquer vontade de alterar o quadro vê-se que persiste a dura realidade de sempre, que, afinal, parece não incomodar o projeto alagoano de viver justamente de aparências: "Nessa época" — Julio Normande refere-se ao início do século XX —, "cidade dotada de precárias condições de estrutura viária, de saneamento e de outros serviços públicos, sem plano ou projeto de desenvolvimento, Maceió crescia ao deus-dará (...) na lei do menor esforço" (págs. 27 e 28). Observe-se a ironia: "cidade dotada", ou seja, detentora, possuidora... De quê? De "precárias condições". A plenitude é, pois, a própria falta, coincide com a precariedade. Isso até hoje. Entretanto, como prova de que, mesmo assim, compõem a superficialidade da vida e toda sorte de coisas e objetos para mostrar, sem exata correspondência com o que se sente ou se sabe, a voz narradora, que vê tudo e analisa tudo, assim descreve Santinho, morador de 1930 dessa casa da Rua do Sol: "Nunca tinha sido promovido por merecimento mas sempre por antiguidade de em seus 15 anos de serviço público coisa incompreensível para ele que dominava com maestria todos os truques, gestos e palavras do 'puxa-saquismo'" (pág. 43).

Como se vê, por essa análise de realidade, o alagoano quer ser quem não é; e se isso é praticamente uma regra da vida brasileira, aqui, na novela de Julio Normande, é um "leitmotif". Lê-se, na página 18, onde se descreve o primeiro morador da casa da Rua do Sol, o oficial de Polícia Militar de Alagoas Armando Bietta: "Nas mãos um curto chicote, cois-



que ele tinha visto na 'Revista da Semana', no retrato de um típico militar inglês nas colônias d'África". E, por causa desse nosso amor pelo exótico e também pela reduzidíssima capacidade de enxergar o ridículo e de combatê-lo, continuamos a erguer prédios de gosto duvidoso, em meio à mistura de estilos que, juntos, sem harmonia nenhuma, lembram verdadeiros monstros, como o que se descreve entre as páginas 59 e 60: "Ao redor de 1917 o Bela Vista Palace Hotel, em situação privilegiada, central na cidade e olhando para o mar, mas uma bruta confusão de estilos, uma torre, o zimbório de um pavilhão isolado de uma cúpula bizantina, escadarias externas, amuradas de castelo feudal, um aspecto geral enfim, dizia o povo, de um bolo de noiva".

O que importa, pois, é o ar pretensamente civilizado que a cidade ia adquirindo, mesmo que, para isso, se pague o preço da imitação infeliz. Até hoje se vê em Maceió, nomes de prédios, por exemplo, tirados de avenidas parisienses, também de nomes de reis e fidalgos europeus, de regiões longínquas do planeta, denominações cercadas de prestígio e ar de lenda, ou coisa parecida. O que, evidentemente, contrasta com a feição, por vezes tropical demais, de sua paisagem urbana, com suas ruas tortas e apertadas, desenhadas sem planejamento algum, sempre a pedir reformas, tal qual a casa do romance de Julio Normande, que, em 1930 e em 1945, vai mudando de aspecto. Se se quiser sustentar a alegoria, a casa da Rua do Sol é, por metonímia, Maceió, com suas reformas contínuas e sucessivas que a iam atualizando, para, no final, ser demolida — uma retirada de azulejos aqui, a transformação ali da sala da frente, "dispensada por anacrônica", em uma garagem, bem de acordo com o gosto arquitetônico de cada época, alterando a fachada, fazendo perder "os frisos, volutes, triângulos e arbigues para se tornar um espaço de linhas retas", ficando, pois, a casa com "uma ca-

ra lisa", e que o leitor entenda essa expressão como quiser. Nós temos cara lisa, pouco nos importamos com que matemos nossa memória ou com que a modernização, feita na marra, sem reflexão e estudo, deixe de ser responsabilizada por apagar a história ou destruir o passado. Muitos prédios sofreram essa devastação em Maceió: é só lembrar que a cadeia pública, na chamada Praça da Cadeia, no centro da cidade, foi reduzida a pó para dar lugar a um vistoso e elegante estacionamento. Enfim, tudo feito ao deus-dará, como diz Normande.

A novela, sem pregar o saudosismo ou o ressentimento pela perda da nossa história, dialoga com o discurso da História e da Arquitetura, e da Crônica, temperando tudo isso com a vida das pessoas (fictícias, evidentemente) que habitaram tal casa na Rua do Sol. Agora, detendo-me eu em aspectos estritamente composicionais e literários, afirmo que, não obstante certos defeitos de construção romanesca, o livro impressiona, em princípio, por trazer uma singularidade: o narrador é essa casa localizada na Rua do Sol, desde 1900, quando foi construída (ou do seu "nascimento", como diz a própria casa), passando por 1930, com novos moradores, por 1945, com mais outros (fase de suas "duas reformas"), até chegar ao ano de 1980 ("a demolição final"). Em clima surrealista, a casa diz de si mesma, ora embevecida por ter o poder de conduzir a narrativa ("Sendo eu o que sou, com olhos por todos os cantos, posso testemunhar que..."), ora levemente lamentosa e irônica, por sofrer as humilhantes reformas ("Alterou-se minha face, suavizando-se as linhas retas, tão frias, características da linha 'bruta' do estilo de arquitetura passada. Ainda, passei a ser chamada pela gente da rua de 'sobradinho'").

Do ponto de vista da técnica da escrita literária, a narrativa padece de falta de verossimilhança, não por ser a casa a voz narradora, mas porque, sendo casa e não tendo pernas para andar, não podia saber do que se passava fora dos seus domínios, como, por exemplo, a cena em que Belinha, a adúltera da década de 30, é vista tomando "um carro de aluguel na 'praça' do Hotel Bela Vista" ou percorrendo os becos estreitos, em busca de uma casinha, nos arredores da cidade, para se encontrar com o comendador. Mas, ainda assim, Julio Normande, cauteloso, avisa, nas páginas 55 e 56, que, segundo o que "diz a entidade-irmã" (que é casa do encontro secreto dos amantes), estes "não trocaram 10 palavras" e que "o vestido e a combinação desceram depressa" e que, por fim, "dai por diante não viu mais nada, só uma dança de corpos". Ou seja, as casas (ou "entidades", como está lá no texto) entraram em confabulação.

O texto de Normande vale, pois, como registro histórico (e não são poucas as informações histórico-geográficas, tecnicamente pontuadas ao longo da narrativa) e também por alguma ousadia formal, com a mistura de gêneros textuais diversos, dando — ao menos ficcionalmente — certa harmonia arquitetônica e cultural a Maceió, "antes que as picaretas cheguem" (pág. 101) para a sua fatal demolição.

\* É professor de Teoria de Literatura da Ufal e crítico literário [sarmentarob@uol.com.br]

xa de ser um ícone que reduplica, pelo modelo da imagem, o padrão familiar. À primeira vista, pensei, com certo desgosto: é coisa de alagoano, nordestino, brasileiro, talvez nesta ordem mesmo. Persegue-se, então, uma tradição que vem da época do romantismo: falar do que é seu, do que é local, com orgulho pouco crítico, citar nomes de pessoas que realmente existem, de ruas e avenidas por onde o autor passou. José de Alencar fizera isso com descomedimento, Machado de Assis com exagerada parcimônia, como deve ser — mas, no caso desses dois autores, sempre com o charme de querer fazer crer que aquilo tudo, a menção ao bairro e ao logradouro ou a alguma figura histórica, integra forçosamente o campo da ficcionalidade. Em autor medíocre, isso vira uma coisa insuportável de ler, pois parece mais conversa de comadres separadas pela cerca que limita os quintais, a exaltar as supostas belezas da terra.

Esse livro, que li há tantos anos e a que me reporto neste artigo, não padece desse provincianismo. Os agradecimentos ficam numa nota à parte. Já a menção à geografia urbana de Maceió restringe-se ao texto da novela, o que me parece necessário, não se tratando, pois, daquele natural exibicionismo de alagoano (que às vezes se exhibe mais do que deve, até porque, na boa maioria das vezes, a exibição que faz não corresponde ao real valor que julga ter ou que, ao menos, quer que os outros assim pensem que tenha). Não, não, a discrição e a simplicidade da linguagem

